



**MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA**

CADERNO DE PROVA GÊNERO E DIVERSIDADE

DATA DA PROVA 15/05/2026

PROCESSO SELETIVO DO PROGRAMA DE ESTÁGIO DE ENSINO MÉDIO E GRADUAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA.

PROVA

Este Caderno de Prova foi aplicado na modalidade on-line, contendo 30 (trinta) questões objetivas.

INFORMAÇÕES GERAIS

Prova aplicada conforme requisitos de segurança dispostos no Edital do Certame e no ambiente virtual.

LÍNGUA PORTUGUESA

Leia o texto e responda às questões 01 a 15.

O cidadão que opina sobre tudo e duvida de quase nada

Há personagens que definem uma época com mais precisão do que tratados sociológicos inteiros. Um deles é o cidadão que opina sobre tudo e duvida de quase nada. Ele não precisa estudar longamente um assunto, acompanhar seu desenvolvimento nem suportar o desconforto da incerteza. Basta-lhe uma manchete mal lida, um vídeo de quarenta segundos, um comentário indignado e, pronto, já se sente habilitado a emitir parecer sobre economia, diplomacia, medicina, educação infantil, geopolítica, trânsito, clima, comportamento e, em dias de maior brilho intelectual, até sobre a decadência da civilização ocidental antes do almoço.

Trata-se de uma figura admirável em sua produtividade. Onde o pesquisador hesita, ele conclui. Onde o especialista pondera, ele simplifica. Onde a realidade apresenta camadas, tensões, ambiguidades e dados contraditórios, ele comparece com o talento cirúrgico de quem resolve tudo a golpes de frase curta. O mundo, para esse cidadão, não é um problema a compreender, mas uma oportunidade permanente de posicionamento. E posicionar-se, hoje, parece ter adquirido o prestígio que antes cabia a compreender.

É curioso observar como essa inflação opinativa convive com uma inflação ainda maior de certeza. O sujeito contemporâneo já não considera a dúvida um estágio legítimo da inteligência. Trata-a quase como deficiência de caráter. Ter opinião virou sinal de presença. Ter opinião imediata, sinal de agilidade. Ter opinião firme sobre assunto mal conhecido, sinal de personalidade. E assim se formou uma estranha pedagogia da convicção: aprende-se menos para afirmar mais. A pressa, que já havia invadido o trabalho, o consumo e as relações, instalou-se também no pensamento. Hoje, raciocinar com calma quase soa como atraso logístico.

Há nisso uma vaidade discreta, mas poderosa. Opinar sobre tudo dá ao sujeito a sensação de centralidade. Ele não participa apenas do mundo; julga-o continuamente. É uma forma de soberania portátil. Com um aparelho na mão e uma certeza no bolso, qualquer um pode transformar a própria impressão em sentença, o próprio incômodo em tese, a própria irritação em análise social. O problema não está em ter opinião, claro. Uma sociedade sem opinião seria apenas silenciosa, não necessariamente sábia. O problema começa quando a opinião deixa de ser resultado de um percurso mental e passa a funcionar como substituta dele.

Nesse ambiente, a dúvida perdeu prestígio. E isso é grave, porque a dúvida, quando honesta, não empobrece o pensamento: ela o depura. Duvidar não é fraquejar diante do mundo, mas recusar-se a tratá-lo como caricatura. A dúvida obriga a perguntar melhor, a rever premissas, a desconfiar do próprio entusiasmo e, às vezes, a suportar o pequeno vexame de descobrir que o outro viu antes o que ainda não havíamos percebido. Não é uma experiência confortável. Talvez por isso esteja tão fora de moda.

O cidadão que opina sobre tudo prefere outro caminho. Ele economiza etapas. Em vez de investigar, pressente. Em vez de

comparar, reage. Em vez de compreender a complexidade, administra rótulos. Sua inteligência opera por atalhos emocionais: se aprova, divulga; se desaprova, condena; se desconhece, improvisa. E improvisa com admirável serenidade. Afinal, a ignorância, quando bem acompanhada de autoconfiança, costuma circular socialmente com a elegância de uma convicção madura.

Mas há um preço nessa facilidade. Uma cultura que premia a certeza instantânea vai tornando suspeita a reflexão mais lenta. Aos poucos, o sujeito deixa de perguntar "será?" e passa a perguntar apenas "quem concorda?". O pensamento, então, deixa de ser busca e vira torcida. A conversa pública empobrece, não por falta de voz, mas por excesso de vereditos. Fala-se muito, examina-se pouco. Discorda-se com velocidade, compreende-se com preguiça. É a realidade, que não se organiza para caber em frases apressadas, acaba reduzida ao tamanho de nossas impaciências.

Talvez a virtude intelectual mais urgente do nosso tempo seja justamente aquela que menos rende aplauso: a modéstia de não concluir cedo demais. Num mundo lotado de opiniões prontas, dizer "ainda estou pensando" tem algo de coragem civilizatória. Porque o contrário da ignorância nem sempre é o conhecimento; às vezes, é apenas uma certeza barulhenta. E toda certeza que chega cedo demais corre o risco de ser apenas preguiça com boa dicção.

Fonte: Banca Examinadora.

1. A leitura global do texto permite concluir que a crítica central do autor dirige-se à

- A) expansão do repertório temático do cidadão comum, agora mais presente em assuntos antes restritos a especialistas.
- B) substituição das mídias tradicionais por redes digitais, com perda do prestígio dos especialistas no debate público.
- C) valorização social da certeza rápida, que converte opinião apressada em prestígio simbólico e esvazia o lugar da dúvida.
- D) dificuldade de acesso a informações técnicas, vista como causa principal da participação superficial em temas complexos.
- E) presença crescente de assuntos especializados na vida comum, quadro que exige maior mediação institucional da pesquisa.

2. No contexto do texto, a expressão "pedagogia da convicção" sugere a formação de um ambiente em que

- A) a argumentação se legitima após confronto demorado entre versões, fontes e dados contraditórios.
- B) a opinião se fortalece quando nasce de revisão cautelosa de hipóteses e premissas iniciais.
- C) a hesitação intelectual é tratada como etapa produtiva do conhecimento e sinal de maturidade.
- D) a dúvida conserva prestígio porque impede conclusões apressadas e simplificações indevidas.
- E) aprende-se a afirmar com segurança antes de investigar com rigor, convertendo rapidez em traço de personalidade.

3. Assinale a alternativa que apresenta uma informação explicitamente afirmada no texto.

- A) Uma sociedade sem opinião seria apenas silenciosa, não necessariamente sábia.
- B) A vida pública contemporânea deixou de admitir completamente a presença de dúvidas honestas.
- C) crescimento das opiniões prontas decorre diretamente da redução do nível médio de escolaridade.
- D) A circulação de convicções maduras depende do enfraquecimento da participação de especialistas no debate.
- E) A rapidez argumentativa constitui hoje o principal critério de validação intelectual em espaços científicos.

4. Quanto à organização discursiva e à finalidade predominante, o texto caracteriza-se, de modo mais correto, como:

- A) reportagem analítica, voltada à exposição neutra de fatos recentes relacionados à opinião pública.
- B) artigo administrativo, voltado à normatização do comportamento discursivo em ambientes institucionais.
- C) crônica memorialista, centrada em recordações pessoais do autor acerca do debate nas redes sociais.
- D) texto argumentativo de feição ensaística, voltado à reflexão crítica sobre um comportamento social contemporâneo.
- E) editorial científico, voltado à apresentação objetiva de resultados de pesquisa sobre cognição e linguagem.

5. A referência a "tratados sociológicos inteiros" e à "decadência da civilização ocidental antes do almoço" serve, no texto, principalmente para

- A) aproximar o texto do discurso científico, reforçando a legitimidade acadêmica das observações do narrador.
- B) ironizar a pretensão de erudição de quem opina superficialmente sobre temas vastos e complexos.
- C) demonstrar que temas civilizatórios exigem opiniões rápidas, ainda que baseadas em informação insuficiente.
- D) defender o comentário breve como forma mais eficiente de síntese diante da complexidade do mundo.
- E) sugerir que o cidadão comum deve disputar com os especialistas o monopólio dos grandes diagnósticos sociais.

6. No desfecho do texto, a "modéstia de não concluir cedo demais" aparece como

- A) reação intelectual à cultura que premia a certeza instantânea e converte o pensamento em torcida.
- B) estratégia retórica para ampliar o efeito irônico das críticas dirigidas ao cidadão excessivamente opinativo.
- C) forma de neutralizar as emoções, tomadas pelo autor como incompatíveis com qualquer ato de pensar.

D) defesa da suspensão permanente do juízo, tratada como postura ideal diante de qualquer controvérsia.

E) proposta de recolhimento do indivíduo ao espaço privado, afastando-o das discussões públicas conflituosas.

7. A linguagem empregada no texto caracteriza-se, sobretudo, por

- A) alternância entre marcas regionais e traços de oralidade popular, com predominância de registro coloquial.
- B) uso sistemático de terminologia técnica, o que aproxima o texto de um relatório de linguagem especializada.
- C) equilíbrio entre registro culto e imagens expressivas do cotidiano, o que amplia a força crítica da argumentação.
- D) reprodução direta da fala digital, com abreviações e marcas de informalidade típicas de aplicativos de mensagem.
- E) padronização sintática rígida, sem recurso a metáforas ou contrastes avaliativos no desenvolvimento do tema.

8. No trecho "Basta-lhe uma manchete mal lida", o termo "lhe" classifica-se corretamente como

- A) pronome demonstrativo átono, empregado por atração sintática implícita no início da oração.
- B) pronome relativo, empregado para introduzir uma oração subordinada de valor adjetivo.
- C) pronome pessoal reto, deslocado para antes do verbo em razão do valor impessoal da construção.
- D) pronome indefinido oblíquo, empregado em mesóclise por causa do caráter hipotético do enunciado.
- E) pronome pessoal oblíquo átono, com função de complemento indireto, empregado em ênclise porque o verbo inicia a oração.

9. Em "A pressa, que já havia invadido o trabalho, o consumo e as relações, instalou-se também no pensamento", o termo "que" exerce a função de

- A) conjunção integrante, introduzindo oração subordinada substantiva explicativa.
- B) pronome relativo, introduzindo oração subordinada adjetiva explicativa, que retoma o termo "pressa".
- C) conjunção causal, introduzindo oração subordinada adverbial de causa.
- D) partícula expletiva, empregada para reforçar a progressão argumentativa do período.
- E) pronome interrogativo, empregado para retomar "pressa" por mecanismo de antecipação.

10. No segmento "se aprova, divulga; se desaprova, condena; se desconhece, improvisa", o termo "se", considerando seu valor na articulação das orações, classifica-se como:

A) pronome apassivador, pois converte o complemento verbal em sujeito paciente das ações enunciadas.

B) índice de indeterminação do sujeito, pois desfoca o agente e generaliza a conduta descrita.

C) conjunção integrante, pois introduz orações que completam o sentido do verbo principal do período.

D) conjunção subordinativa condicional, pois estabelece a hipótese a partir da qual se produz a ação seguinte.

E) partícula de realce, pois atua apenas como reforço rítmico no paralelismo sintático do enunciado.

11. Assinale a alternativa em que a concordância verbal e nominal está de acordo com a norma-padrão.

A) A dúvida honesta e a reflexão paciente tornaram-se suspeitas em ambientes de certeza instantânea.

B) A dúvida honesta e a reflexão paciente tornou-se suspeitas em ambientes de certeza instantânea.

C) A dúvida honesta e a reflexão paciente tornaram-se suspeita em ambientes de certeza instantânea.

D) A dúvida honesta e a reflexão paciente tornou-se suspeita em ambientes de certeza instantânea.

E) A dúvida honesta e a reflexão paciente tornaram-se suspeitos em ambientes de certeza instantânea.

12. Assinale a alternativa correta quanto à regência e ao emprego do sinal indicativo de crase.

A) texto alude a vaidade do sujeito e à pressa de concluir sobre assuntos mal conhecidos.

B) texto alude na vaidade do sujeito e à pressa de concluir sobre assuntos mal conhecidos.

C) texto alude à vaidade do sujeito e à pressa de concluir sobre assuntos mal conhecidos.

D) texto alude à vaidade do sujeito e a pressa de concluir sobre assuntos mal conhecidos.

E) texto alude a vaidade do sujeito e a pressa de concluir sobre assuntos mal conhecidos.

13. Na passagem "A pressa, que já havia invadido o trabalho, o consumo e as relações, instalou-se também no pensamento", a locução verbal "havia invadido" exprime

A) ação futura observada retrospectivamente a partir de um marco narrativo já encerrado.

B) ação habitual em progresso, apresentada como traço permanente do tempo da enunciação.

C) ação eventual projetada como consequência da aceleração das práticas comunicativas modernas.

D) ação concluída no presente, descrita como resultado imediato de um processo social recorrente.

E) ação anterior a outro fato passado, expressa pelo pretérito mais-que-perfeito composto do indicativo.

14. No trecho "o pensamento, então, deixa de ser busca e vira torcida", a expressão "vira torcida" constitui, predominantemente:

A) metonímia, porque um termo concreto substitui o conceito abstrato presente no enunciado.

B) metáfora, porque um campo de experiência é transferido para outro com valor crítico.

C) eufemismo, porque o enunciado suaviza a crítica à perda da complexidade do pensamento.

D) hipérbole, porque o trecho amplia excessivamente a consequência social da opinião apressada.

E) silepse, porque a concordância se organiza pelo sentido e não pela forma expressa.

15. Assinale a alternativa que reescreve "Fala-se muito, examina-se pouco", preservando o sentido, respeitando a norma-padrão e deslocando "muito" e "pouco" para antes dos verbos, com colocação pronominal adequada.

A) Fala-se muito e examina-se pouco.

B) Muito fala-se, pouco examina-se.

C) Se fala muito, se examina pouco.

D) Muito se fala, pouco se examina.

E) Fala-se muito, pouco examina-se.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

16. Considere que o Ministério Público da Bahia recebeu notícia de fato relatando que uma mulher trans foi vítima de agressões físicas e ameaças por parte de seu ex-companheiro no ambiente doméstico. O agressor contesta a aplicação da Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006), alegando a ausência do critério biológico de sexo feminino. Com base na jurisprudência consolidada do Superior Tribunal de Justiça (STJ), a aplicação da referida lei em casos que envolvem mulheres trans:

A) É imperativa, pois a proteção legal fundamenta-se na perspectiva de gênero, que transcende o dado biológico, bastando a identificação da vítima com o gênero feminino para a incidência do subsistema de proteção.

B) Depende da comprovação de cirurgia de redesignação sexual prévia, sob pena de violação ao princípio da estrita legalidade penal.

C) É facultativa ao magistrado, devendo ser analisada a dependência econômica da vítima em relação ao agressor para justificar a medida protetiva.

D) Restringe-se às situações em que a retificação do prenome e gênero no registro civil já tenha sido averbada em cartório de registro de pessoas naturais.

E) É inviável, uma vez que o Supremo Tribunal Federal equiparou a transfobia ao racismo, devendo o caso ser processado estritamente pela Lei nº 7.716/1989.

17. No julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão (ADO) nº 26, o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu pela criminalização da homotransfobia. Sobre os efeitos práticos dessa decisão na atuação investigativa do Ministério Público, depreende-se que:

A) A conduta homofóbica foi tipificada como uma nova modalidade de crime de ódio autônomo, com penas superiores às do crime de racismo.

B) As práticas de homotransfobia passaram a ser enquadradas nos tipos penais da Lei nº 7.716/1989 até que o Congresso Nacional edite lei específica, sendo crimes inafiançáveis e imprescritíveis.

C) A decisão do STF limitou a criminalização às agressões físicas, excluindo discursos de ódio proferidos em contextos religiosos.

D) A criminalização retroage para atingir fatos ocorridos antes do julgamento da ADO 26, em observância ao princípio da proteção integral.

E) O enquadramento penal depende de o ofendido estar previamente cadastrado em conselhos estaduais de direitos LGBTQIA+.

18. Ao analisar a interseccionalidade entre raça e gênero na estrutura social brasileira, o conceito de "Racismo Estrutural" torna-se central para a atuação do Ministério Público em defesa da cidadania. Sob a perspectiva teórica de Silvio Almeida, o racismo estrutural é definido como:

A) Uma falha pontual no sistema jurídico que pode ser corrigida apenas com a substituição de servidores públicos preconceituosos.

B) Uma patologia individual de cunho psicológico que acomete indivíduos sem instrução formal.

C) Um processo histórico e político constitutivo das relações sociais, que estabelece privilégios e desvantagens sistemáticas com base na raça, independentemente da vontade consciente dos indivíduos.

D) Uma manifestação cultural restrita a determinadas regiões do Brasil onde a colonização foi mais intensa.

E) Um fenômeno superado no Brasil após a promulgação da Constituição de 1988 e a adoção de cotas universais.

19. Cenário: Um cidadão transexual busca atendimento no MP-BA pleiteando a retificação de seu prenome e gênero no registro civil. Ele informa não possuir recursos financeiros para realizar cirurgia de transgenitalização e não deseja se submeter a avaliações psiquiátricas. Com base no Provimento nº 73/2018 do CNJ e na ADI 4275 do STF, o procedimento de retificação:

A) É condicionado à apresentação de laudo médico que ateste a "disforia de gênero" por período mínimo de dois anos.

B) Exige a interposição de ação judicial obrigatória com a oitiva de equipe multidisciplinar da Defensoria Pública.

C) Restringe-se à alteração do prenome, sendo a alteração do sexo registral permitida apenas após intervenção cirúrgica comprovada.

D) Pode ser realizado diretamente em cartório de registro civil, pela via administrativa, independentemente de cirurgia, tratamentos hormonais ou laudos médicos de qualquer natureza.

E) É vedado para pessoas que não tenham atingido a maioridade civil de 21 anos, conforme o Código Civil de 1916 (em vigor para atos registrais).

20. A Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais estabelece diretrizes para enfrentar os determinantes sociais que impactam a saúde dessa população. No que tange à implementação do princípio da equidade e ao acolhimento de pessoas travestis e transexuais no Sistema Único de Saúde (SUS), a referida normativa estabelece que:

A) O atendimento deve ser condicionado à apresentação de diagnóstico psiquiátrico de "transtorno de identidade", visando a segurança do protocolo medicamentoso.

B) A retificação dos dados biológicos no registro civil é pré-requisito para o agendamento de consultas em especialidades de ginecologia ou urologia.

C) O acesso ao Processo Transsexualizador deve ser restrito a unidades de saúde privadas, visando desonerar a rede pública de procedimentos eletivos.

D) A assistência deve ser centralizada exclusivamente em centros de referência nacionais, sendo vedada a descentralização do cuidado para a atenção básica.

E) O respeito ao uso do nome social deve ser garantido em todos os níveis de atenção, reconhecendo que o estigma e a discriminação institucional constituem barreiras de acesso que comprometem a integralidade do cuidado.

21. Em outubro de 2024, foi publicada a Lei nº 14.994, que introduziu alterações profundas no Código Penal brasileiro relativas ao crime de feminicídio. Analise a seguinte proposição à luz da nova legislação e assinale a alternativa juridicamente correta:

A) O feminicídio passou a ser um crime autônomo (Art. 121-A do Código Penal), com pena de reclusão de 15 a 30 anos, deixando de ser meramente uma qualificadora do crime de homicídio.

B) A nova lei extinguiu a hediondez do crime de feminicídio quando cometido por razões de menosprezo à condição de mulher sem violência física.

C) A pena para o feminicídio foi reduzida para 6 a 12 anos, visando incentivar a confissão e a celeridade processual.

D) O crime de feminicídio passou a exigir, obrigatoriamente, a coabitação prévia entre o agressor e a vítima no momento do fato.

E) A lei determinou que o Ministério Público não pode mais oferecer denúncia por feminicídio sem a autorização expressa da família da vítima.

22. Considere a situação em que um servidor público municipal, no exercício de suas funções, refere-se deliberadamente a uma cidadã travesti utilizando pronomes masculinos e risos irônicos em local público. Sob a ótica do enfrentamento ao estigma e à discriminação (LGBTfobia), essa conduta configura:

- A)** Exercício regular de um direito baseado na liberdade de expressão e consciência religiosa do servidor.
- B)** Discriminação institucional e violação do dever de urbanidade, passível de responsabilização administrativa, civil e, conforme o caso, enquadramento na Lei de Racismo.
- C)** Uma conduta neutra que não gera danos à identidade da pessoa, uma vez que o prenome oficial ainda consta no sistema.
- D)** Mera infração ética de menor potencial ofensivo, que impede a intervenção do Ministério Público por falta de interesse público.
- E)** Direito de objeção de consciência do servidor, garantido pela Constituição para dispensar o uso de nomes sociais em repartições públicas.

23. O Princípio da Dignidade da Pessoa Humana é o pilar fundamental da proteção às minorias. Ao interpretar esse princípio em conjunto com o Direito à Identidade, o Supremo Tribunal Federal consolidou a tese de que:

- A)** A dignidade humana depende da utilidade econômica do indivíduo para o Estado.
- B)** O Estado pode impor padrões de comportamento sexual desde que visando o crescimento demográfico.
- C)** O direito à busca da felicidade, como desdobramento da dignidade, veda qualquer interferência estatal que impeça o livre desenvolvimento da personalidade afetiva e de gênero.
- D)** A identidade é um conceito mutável que deve ser validado anualmente por comissões de ética locais.
- E)** O direito à identidade deve ser relativizado sempre que houver conflito com o direito à propriedade privada.

24. Dentro do ambiente de trabalho do Ministério Público, a ética e o respeito à diversidade são fundamentais. Caso um estagiário presencie um colega de trabalho realizando piadas depreciativas sobre a orientação sexual de um estagiário recém-chegado, sob a perspectiva da governança pública e conformidade ética, deve-se entender que:

- A)** Piadas de cunho discriminatório não possuem relevância jurídica se ocorrerem em momentos de intervalo.
- B)** É dever do estagiário silenciar para preservar a harmonia do grupo, conforme o princípio da colegialidade.
- C)** O Ministério Público deve intervir apenas se houver agressão física comprovada por exame pericial.
- D)** Tais condutas configuram assédio moral e violência psicológica, violando o Código de Ética institucional e podendo ensejar sanções disciplinares.

E) A diversidade sexual não é protegida pelas normas internas de órgãos públicos estaduais.

25. O Ministério Público da Bahia, ao atuar na defesa dos direitos de minorias, exerce sua função de "custos iuris" e "ombudsman". Sobre essa atuação institucional, assinale a alternativa correta:

- A)** O MP-BA é impedido de propor termos de ajustamento de conduta (TAC) em temas que envolvam diversidade racial.
- B)** A atuação do MP restringe-se exclusivamente à esfera penal, sendo vedada a fiscalização de políticas públicas sociais.
- C)** O MP-BA deve priorizar a defesa de empresas acusadas de discriminação, visando proteger a economia do estado.
- D)** A legitimidade do Ministério Público para defesa de minorias ocorre apenas quando os membros do grupo possuem alta renda para custear o processo.
- E)** Cabe ao Ministério Público a defesa dos interesses sociais e individuais indisponíveis, incluindo o combate a qualquer forma de discriminação coletiva e a garantia de acesso igualitário a serviços públicos.

26. A diferenciação técnica entre sexo, gênero e orientação sexual é requisito para a análise de violações de direitos. Em um estudo de caso sobre a exclusão de uma pessoa não-binária de um processo seletivo, deve-se aplicar corretamente os conceitos:

- A)** Identidade de Gênero refere-se à percepção íntima do indivíduo sobre seu próprio gênero (que pode não ser binário), enquanto a Expressão de Gênero refere-se à manifestação externa (estética) dessa identidade.
- B)** Gênero é um dado biológico imutável, e a Orientação Sexual é uma escolha consciente de estilo de vida.
- C)** Sexo biológico e Gênero são sinônimos perfeitos no ordenamento jurídico brasileiro contemporâneo.
- D)** Não-binariedade é uma orientação sexual onde a pessoa não sente atração por nenhum gênero.
- E)** Orientação sexual refere-se exclusivamente ao comportamento reprodutivo do cidadão.

27. Sobre o conceito de Cisgeneridade, utilizado em análises sociológicas de privilégios, é correto afirmar que:

- A)** Refere-se a pessoas que mudam de gênero de acordo com o contexto social.
- B)** Designa indivíduos cuja identidade de gênero está em concordância com o sexo que lhes foi atribuído no nascimento.
- C)** É uma orientação sexual que define a atração apenas por pessoas transexuais.
- D)** Trata-se de uma patologia descrita no CID-11 que exige acompanhamento psiquiátrico constante.

E) Refere-se exclusivamente a pessoas intersexuais que passaram por cirurgias normalizadoras.

28. A Violência de Gênero no Brasil é agravada pela interseccionalidade com a raça. Sobre a "Vigilância Socioassistencial" e o papel do MP-BA na fiscalização da rede SUAS (Sistema Único de Assistência Social), assinale a alternativa correta:

A) A vulnerabilidade social é idêntica para todas as mulheres, independente da cor da pele.

B) O Ministério Público não possui competência para fiscalizar o atendimento em Centros de Referência (CRAS/CREAS).

C) O racismo institucional pode se manifestar na negação de acesso a serviços de proteção para mulheres negras, exigindo atuação do MP para garantir o princípio da igualdade.

D) A Lei Maria da Penha proíbe a atuação de assistentes sociais na mediação de conflitos domésticos.

E) O atendimento humanizado deve priorizar cidadãos brancos em detrimento de outros grupos para garantir a celeridade.

29. Ao acolher uma pessoa LGBTQIA+ que sofreu violência motivada por preconceito, o Ministério Público deve observar protocolos de atendimento que evitem a revitimização. Um elemento central desses protocolos é:

A) Exigir que a vítima narre o fato repetidas vezes para diferentes setores para checar contradições.

B) Proibir o uso de nomes sociais nos formulários internos para facilitar a busca policial futura.

C) Questionar as vestimentas e comportamentos da vítima no momento da agressão para avaliar a culpa concorrente.

D) Garantir um espaço de escuta qualificada, respeitando a autoidentificação e preservando o sigilo de dados sensíveis, conforme a LGPD.

E) Condicionar o atendimento à presença de um líder religioso que realize a mediação espiritual do conflito.

30. Sobre o conceito jurídico-político de Cidadania e Diversidade no Brasil atual, assinale a alternativa que melhor descreve a relação entre o Estado e as identidades:

A) O Estado deve ignorar as diferenças para garantir uma igualdade formal onde "todos são iguais perante a lei", sem distinção de qualquer natureza.

B) A diversidade sexual é considerada uma ameaça à soberania nacional em todas as constituições democráticas modernas.

C) O Brasil adota o modelo de "assimilação compulsória", onde minorias devem abandonar suas culturas originais.

D) A Constituição Federal proíbe a criação de políticas de ação afirmativa baseadas em orientação sexual.

E) O Estado Democrático de Direito exige a promoção da igualdade material, o que impõe ao Poder Público e ao Ministério Público a adoção de medidas que protejam grupos vulnerabilizados e celebrem a diversidade como valor democrático.